

## O ethos do Jornalismo na complexidade ambiental do século 21<sup>1</sup>

Carlos André Echenique Dominguez<sup>2</sup>

### Resumo

Neste artigo analisaremos o conceito de *Ethos* em sua origem na filosofia grega com Heráclito buscando estabelecer uma relação com a essência de um fazer e os valores que determinada prática profissional, o jornalismo, possui para estabelecer dentro da sociedade uma dinâmica de interação social que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Denominaremos jornalismo vivo o jornalismo que estabelece esta relação, complexa e dinâmica, por meio de sua produção de conhecimento como ação cultural. A essência do jornalismo e os valores que orientam este fazer são buscados no período do nascimento da modernidade, na virada do século XIX para o XX, por meio dos teóricos que estabeleceram uma sociologia do Jornalismo, que vem sendo atualizada com as pesquisas que vão acrescentando saberes outros a problemáticas específicas do jornalismo, com o ambientalismo, biologia e a teoria da vida.

### Palavras-chave

Jornalismo; ethos; ambiente; valores

### Jornalismo e o Ethos

Começamos pelo aforismo de Heráclito: “*Ethos antropou daimon*”. Heráclito, filósofo pré-socrático (500 a.C.), uniu as duas palavras no aforismo 119 (SODRÉ, 2002, p.82-83). As traduções são inúmeras. Para o teólogo Leonardo Boff (2003), Heráclito deixou para trás o sentido convencional das palavras e captou sua significação escondida: “morada (*ethos*) acaba sendo a ética e o anjo bom (*daimon*), a inspiração para sua vivência”. Propõe Sodré que a palavra *ethos*, de onde deriva Ética, serve para designar a instalação humana em um espaço. Argumenta Sodré que o fragmento de Heráclito já teve diversas traduções: “o caráter do homem é o seu deus ou o seu demônio”; “Deus é morada do homem” (J.P. Vernant); “O homem mora nas imediações dos deuses” (Heidegger). Diz Sodré (2002, p.82-83) que “introduz-se aí o sentido de 'morada'. Isto quer dizer que o homem, enquanto atravessado pelo transe de sua origem e seu destino, relaciona-se radicalmente com o sagrado”.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PGCOM UFRGS).

Para Carneiro Leão, que estudou com Heidegger, a tradução do fragmento é “a morada do homem é o extraordinário”. E o extraordinário, seria Sócrates, o filósofo que nunca deixou de escutar seu *daimon*. Assim entende Oliveira (2010, p. 36) ao propor que “O termo *daimon* da sentença de Heráclito, explicitado pela tradução de Carneiro Leão como extraordinário, tem na figura de Sócrates aquele que encarna em vida a prática da escuta do divino, relacionando-se com ele da maneira mais apropriada ao homem: no pensamento”. Esta sentença acima é vital para buscarmos um entendimento do que seria o ethos no jornalismo. Recuperando temos que: “aquele que encarna em vida a prática da escuta do divino (...) relacionando-se (...) no pensamento”. O pensar. O extraordinário pensar. Pensar para escutar o divino. Para ter, obter e receber inspiração. Para ter saber. Para duvidar do que aí está dado. Para indagar. Para questionar os mais poderosos hábitos e costumes, práticas e técnicas, leis e reis. De tanto questionar, Sócrates teria sido condenado à morte. O filósofo da pergunta incansável e da fala incessante. Atitudes que poderiam fazer parte dos atributos de um jornalista. O pensar e o falar sobre o que é pensado, o questionar são características da virtude grega que se manifestam em uma prática inspirada pelo divino. O homem enquanto atravessado pelo transe de sua origem e seu destino.

Em se tratando de princípios e/ou valores que são específicos de um determinado grupo de uma dada sociedade, e sendo estes mesmos valores indispensáveis para a execução de uma ação única e rotineira, temos a permanência e acúmulo de saberes que vão sendo preservados na memória social. É o que Sodré chama de *ethos* na acepção moderna do termo. “O *ethos* de um indivíduo ou de um grupo é a maneira ou jeito de agir, isto é, toda a ação rotineira ou costumeira que implica contingência, quer dizer, a vida definida pelo jogo aleatório de carências e interesses, em oposição ao que se apresenta como necessário, como deve ser” (SODRÉ, 2008, p.46). Para Sodré (2008), a noção de *ethos* advém de duas Categorias – forma social (Georg Simmel), forma de vida (Wittgenstein), podendo ser detalhada como ambiente cognitivo que o dinamize, unidade dinâmica de identificação de um grupo, modo de relacionamento com a singularidade própria. No *ethos* atuam a forma social e a de vida, como formas simbólicas que, historicamente, orientam o conhecimento, a sensibilidade e as ações do indivíduo.

Este costume, este modo de fazer de acordo com determinados valores - falando sobre o Jornalismo - foi se estabelecendo com o passar dos tempos, de acordo com as interações sociais dos jornalistas e a sociedade onde atuavam. A civilização grega, em seu período clássico, era oral. Quem imortalizou a cultura grega foram o *aedos*, poetas que

cantavam os versos dos autores. Quando os romanos passam a usar o papiro egípcio, por volta do século X, para escrever a *Acta Diurna*, um documento periódico que informava a vida política e social do Senado Romano, já é possível falar em uma espécie de jornalismo (GALVANI, 2008). Não conhecemos muito da vida dos que produziam a *Acta Diurna*. De acordo com Pena (2013), foi à invenção da imprensa dos tipos móveis, em 1040, na China, e sua popularização na Europa, por Gutemberg, que levou as cidades comerciais e já de alguma vida urbana, como Veneza, a criarem as *letteri d'avisi*, embriões das gazetas que ao adquirirem periodicidade vieram se tornar o que hoje chamamos jornais. Estes mesmos jornais, de acordo com Shudson (2010), duzentos anos depois, foram os responsáveis por adotar em 1870 o uso da notícia como principal formato de veiculação de informações. Informações do cotidiano. Do dia a dia. Da política, sim, mas também da polícia, do esporte e, inevitavelmente, da economia. Havia um ambiente propício para o nascimento do jornalismo moderno dentro dos sistemas sociais capitalistas republicanos. E este procedimento já tinha suas características principais definidas, muito embora houvesse variações entre as cidades, países e sociedades distintas onde os jornais eram abertos e fechados. Como bem observa Alsina (2009, p. 46), sobre a construção social da realidade e, por conseguinte, da notícia, é ela um processo “ao mesmo tempo, social e intersubjetivamente construído”. Diz Alsina que a atividade jornalística tem um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes.

Assim, no *ethos* do jornalista, atuam formas simbólicas que, historicamente, orientam o conhecimento, a sensibilidade e as ações desse indivíduo que opera na construção da realidade por meio da imprensa na produção, circulação e consumo de notícias. Podemos dizer que este *ethos* nunca é o mesmo. Os *daimon* nem sempre foram escutados. Muitas vezes até foram silenciados, individualmente ou coletivamente. O embate das formas simbólicas que Bourdieu (1997, 2011) muito bem demonstrou, formou indivíduos e coletivos, também na área do jornalismo, distintos no decorrer dos períodos.

Até 1830 não havia a distinção, para os jornalistas, entre fatos e valores; as duas coisas eram o mesmo. Foi quando aconteceu a revolução jornalística de 1830, nos Estados Unidos. Uma revolução comercial que criou a *penny press* – jornais que eram vendidos por apenas um centavo nas grandes metrópoles norte-americanas e distribuídos na rua por jornaleiros, vendedores de rua. A estratégia resultou em uma larga circulação, um incremento de muita publicidade, de todo e qualquer tipo de publicidade. Conforme escreve Schudson (2010), nesse período, não havia nenhuma restrição à publicidade na *penny press*

que, ao contrário dos jornais mais caros, trazia quase nenhuma notícia política. Segundo o autor, foi à imprensa popular que inventou o conceito de notícia, publicando, mais do que a política nacional e, sim, a vida social cotidiana dos EUA, em uma época de transição para a modernidade e intensificação do sistema capitalista de uma sociedade que se firmou no tripé: democracia, livre mercado, direitos individuais. Até aí, os jornalistas não diferenciavam conteúdo informativo de opinativo. Faziam os dois, ao mesmo tempo, sem nenhum problema. A seguir, saíram do artigo e do editorial, da política e do comércio e foram apurar informações do cotidiano – polícia, costumes, sociedade, problemas urbanos. A grande maioria dos preceitos que hoje são repassados às novas gerações de jornalistas nos últimos 50 anos, os seja, de 1955 até os dias atuais, ainda é aqueles formulados e tornados regras de conduta pelos jornalistas dos EUA. Este *ethos* dominante, de cunho funcionalista, calcado na notícia impregnada de objetividade passou a sofrer críticas tanto de teóricos quanto de jornalistas em diversos períodos: após o maio de 1968, durante a Guerra do Vietnã, no surgimento do *new journalism* (WOLFE, 2005), após a crise do petróleo de 1979, durante o florescimento do neoliberalismo dos anos 1980 e na pós-modernidade aventada na década de 1990 onde a imprensa dos EUA de forma geral fez uma cobertura da Guerra do Golfo que redundou em uma série de críticas, principalmente ao tom de oficialismo e a imersão de repórteres nos pelotões do exército norte-americano.

Porém, não é sempre que tais condições de produção propiciam estes procedimentos. De fato, este potencial do jornalismo é particularmente contido pelas relações de produção entre as classes que formam o meio profissional. Passemos, portanto a um olhar mais detalhado das relações de produção na prática jornalística. Tem-se por pressuposto que as relações de produção internas a um ambiente de redação são conflituosas como qualquer outro meio de trabalho, estando sujeitos às interferências do modo como se dá a reprodução das condições de produção. As críticas dos analistas da imprensa, porém, não afastaram inteiramente os preceitos estabelecidos na chamada “época de ouro” do jornalismo, nem no ensino do Jornalismo nas academias e nem nas rotinas das redações. Para Robert Park, teórico do jornalismo desta época, “os gregos aplicavam o termo *ethos* para a soma de usos característicos, ideias e padrões e códigos pelos quais um grupo era diferenciado e individualizado em caráter de outros grupos. Ética eram as coisas que pertenciam ao *ethos* e, portanto, as coisas de padrão de direito”. O imaginário jornalístico segue impregnado desses símbolos. Como bem postulou Pulitzer (2009, p. 40), jornalista, editor e dono de jornal e hoje nome de uma das premiações mais reconhecidas no

Jornalismo norte-americano: “O noticiário é importante, é a própria vida de um jornal. Mas o que é a vida sem caráter? Que significado tem a vida de uma nação ou de um indivíduo sem honra, sem coração, sem alma?” Pulitzer pedia honra, coração e alma na época em que buscava concretizar a criação do primeiro curso superior em jornalismo em Nova York. Seu *daimon* suspiraria por outro *ethos*, onde o funcionalismo exacerbado da burocracia noticiosa havia abolido da imprensa a busca pelo extraordinário? Impossível imaginar? Ou seria no imaginário que esta resposta poderia ser buscada? Para o dono de jornal, o papel da imprensa na sociedade era claro. “Só a imprensa faz do interesse do público o seu interesse. O que é do interesse de todos não é interesse de ninguém – exceto jornalistas, pois é seu por adoção” (PULITZER, 2009, p. 55). Como bem colocou Sodré (2002), enquanto atravessado pelo transe de sua origem e seu destino, o homem encontra o sagrado. A questão do interesse público é uma constante no imaginário social dos jornalistas, um sagrado.

Em algum momento, no passado arcaico, uma história muito importante foi contada para que um grupo tivesse a compreensão que aquele contador desejava e imaginava poder. O contador encerra a narrativa. Um dos que o ouviam faz o imaginável. Pergunta! Porquê? Nasce o jornalismo que ainda nem imagina ganhar este nome. E vai ter de fazer muito para receber a nomeação que o definiu para os dias de agora, entrada do século 21. O caminho é de 20 mil anos. O jornalismo nasce junto com as necessidades de questionar o que era dito por quem detinha o poder de dizer.

O período pré-industrial também formou as essências e valores do jornalismo dentro da coletividade no mundo ocidental. Diz Sodré (2012, p. 12) que “a imprensa queria de algum modo esclarecer um público, ora trazendo à luz o que se ocultava nos desvãos do poder como 'segredos de Estado', ora tentando passar a ideia de uma causa indutora de modernização e progresso”. Para o autor brasileiro, no período da passagem do regime absolutista para a criação do Estado Direito da modernidade, um novo valor passou a ser propagado pela imprensa, anteriormente mantida como peça publicista de desestabilização do regime monárquico. E assim, passou a ser um saber incorporado ao modo de fazer e ser.

[...] como porta-voz dos direitos (civis) que inauguram a modernidade da cidadania, a imprensa traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão, mas sem abandonar por inteiro a garantia de alguns velhos recursos mitológicos, a exemplo da construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais, a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade (SODRÉ, 2012, p. 12).

A crença na liberdade está no córtex cerebral de toda a atividade jornalística, para o melhor ou o pior. Assim como a crença em uma verdade que seja de interesse público. No

nascimento dos regimes republicanos na Europa e na América (SCHEIDT, 2008), os jornais cumpriam a tarefa de dar voz à manifestação pública dos cidadãos, no que Sodré chamou de “virtude intrínseca” da imprensa liberal que viria a assegurar todas as outras liberdades.

Foi assim que a imprensa livre pôde ser reconhecida como obra do espírito objetivo moderno e, deste modo, constituir um pano de fundo ético-político que tornaria escandaloso para a consciência liberal, em qualquer parte do mundo, o fenômeno do jornalismo sensacionalista, ou tornaria condenável pela consciência moral do jornalista o falseamento ou o encobrimento da verdade factual. (SODRÉ, 2012, p.13).

Este dilema, este balançar entre dois polos, este oscilar entre os interesses empresariais, a corrupção política e o jogo do poder por mais de 200 anos, deixou a defesa das liberdades individuais dos cidadãos, hoje, como mero espectro ideológico. Uma crença fincada no nascimento dos valores republicanos do liberalismo e da imprensa livre. Na Europa e nos EUA, a aceleração da globalização neoliberal destruiu em sua grande maioria as ilusões liberais de independência da imprensa. No restante do mundo a situação foi similar. Mas, mesmo diante desta avassaladora conformidade discursiva da imprensa, sempre houve falhas no processo e na possibilidade de alterar os rumos da marcha da bandeira do progresso capitalista ostentada pelas empresas de comunicação.

## **O Jornalismo na teia da vida**

Depois de embasar a reflexão nas noções de *ethos* do jornalismo, suas essências e valores, bem como, as relações de produção contidas no discurso jornalístico inseridas na dinâmica da complexidade social em evolução na mesma medida em que o próprio ser humano evolui, a nossa intenção, agora, é fazer uma aproximação do jornalismo com a reflexão sobre os sistemas vivos produzida na síntese teórica proposta pelo físico Fritjof Capra (2006) em seu livro *A Teia da Vida*. Capra faz um percurso pelos ramos mais avançados em diversas áreas das ciências, indo da parte para o todo, passando da química à física, da biologia à microbiologia, pela psicologia e indo até a filosofia, para propor uma nova concepção da vida, em especial baseada em dois cientistas originais, os biólogos chilenos Maturana e Varela. E é esta concepção de vida, atual, que no nosso entender, pode ser o grande trunfo do jornalismo na disputa simbólica da atualidade. Em um trabalho tão denso e complexo como o de Capra, um comentador e sintetizador de saberes originais, optamos por iniciar a reflexão por um fato bem conhecido: a teoria da evolução, formulada por Charles Darwin. Resumindo: segundo Darwin, a natureza evolui por meio da seleção

natural onde, falando à grosso modo, alguns triunfam sobre os demais. Somente os melhores adaptados permanecem evoluindo. Se, em 1859, quando foi lançado o livro *A Origem das Espécies*, estes posicionamentos causaram polêmica.

O que os estudos de hoje demonstram é que a biologia evolutiva neodarwiniana se encontra superada e obsoleta. Claro que à época da formulação feita por Darwin, tais conhecimentos não estavam disponíveis. Darwin estabeleceu uma forma de ver o mundo materialista, indo contra a visão teológica da criação da vida, dominante no seu mundo acadêmico. Hoje, a microbiologia já provou que a evolução da vida é muito anterior ao surgimento de animais. Os biólogos sistêmicos descrevem a vida como “uma rede auto-organizadora capaz de produzir espontaneamente novas formas de ordem” (CAPRA, 2006, p.182). Capra, um divulgador de conhecimentos que formula seu pensamento ancorado em pesquisadores de ponta como Prigogine (estruturas dissipativas), Eigen (laços catalíticos), Kauffman (redes binárias), Maturana e Varela (autopoiese) e Lovelock e Margulis (Teoria de Gaia), expõe o erro na concepção darwiniana de adaptação. Diz ele: “ao longo de todo o mundo vivo, a evolução não pode ser limitada à adaptação de organismos ao seu meio ambiente, pois o próprio meio ambiente é modelado por uma rede de sistemas vivos capazes de adaptação e criatividade. Portanto, o que se adapta ao quê? Cada qual se adapta aos outros – eles co-evoluem”. (idem).

O foco passa assim da evolução individual de um organismo para a co-evolução. Teríamos assim “uma sutil interação entre competição e cooperação, entre criação e adaptação” (idem). Segundo as principais pesquisas das três últimas décadas, são três os caminhos da evolução: a mutação, a recombinação de ADN e a simbiogênese. A mutação é a peça central da teoria darwiniana e descreve a mudança aleatória e casual nos genes. A recombinação de ADN, uma revolucionária descoberta no comportamento de micro-organismos, prevê a colaboração entre estruturas e uma intrincada troca de genes entre eles. E a simbiogênese que mostra como micro-organismos trabalham juntos e compartilham o mesmo “corpo” para evoluir e viver melhor, ou seja, obter mais energia para ambos, e, assim, tornar-se para os observadores de fora como que um único organismo.

Essa nova visão tem forçado biólogos a reconhecer a importância vital da cooperação no processo evolutivo. Os darwinistas sociais do século XIX viam somente competição na natureza – 'natureza vermelha em dentes e em garras', como se expressou o poeta Tennyson -, mas agora estamos começando a reconhecer a cooperação contínua e a dependência mútua entre todas as formas de vida como aspectos centrais da evolução. Nas palavras de Margulis e Sagan: 'A vida não se apossa do globo pelo combate, mas sim pela formação de redes'. (CAPRA, 2006, p.185).

Tal formulação desmonta os até então sólidos argumentos da competitividade adotados pelo capitalismo clássico como metáfora para a sua própria justificação. “Só os mais fortes sobreviverão”, “É necessário competir para triunfar”, entre outros lemas que estão incorporados a cultura ocidental e são repetidos como mantras. Capra, porém, apresenta um mantra distinto, baseado na própria organização dos sistemas vivos no planeta, bilhões de anos mais antigo e existente até hoje em todos os seres vivos, inclusive os seres humanos. Nesta perspectiva, a cooperação e a “criatividade inerente a todos os sistemas vivos” são os fatores que garantiram a diversidade natural sempre crescente. Esta é a mudança que queremos destacar. A nossa evolução está ligada à cooperação, não à competição. E este ponto é importante para o jornalismo. Diz Capra:

O reconhecimento da simbiose como uma força evolutiva importante tem profundas implicações filosóficas. Todos os organismos maiores, inclusive nós mesmos, são testemunhas vivas do fato de que práticas destrutivas não funcionam a longo prazo. No fim, os agressores sempre destroem a si mesmos, abrindo caminho para outros que sabem como cooperar e como progredir. (CAPRA, 2006, p. 193).

Este posicionamento, aplicado aos sistemas de organização social ou utilizado como parâmetro para a análise de problemáticas ambientais da atualidade, por exemplo, permitem que o analista observe o acontecimento de outro patamar. Nesta ótica, por exemplo, as mazelas socioambientais que enfrentamos, são devidas em muito ao estímulo a uma competitividade destrutiva que tem origem na estruturação do hoje sistema-mundo capitalista. Voltamos então a Capra. “A teoria dos sistemas vivos, a mente não é uma coisa, mas um processo. É a cognição, o processo de conhecer, e é identificada com o processo da própria vida” (CAPRA, 2006, p. 209). De acordo com o autor, esta é a essência da Teoria da Cognição, proposta por Humberto Maturana e Francisco Varela, os mesmos responsáveis pela elaboração da revolucionária noção de autopoiese. A radicalidade da proposta de Maturana e Varela parte de ligar a cognição ao sistema de vida. A raiz do pensamento está na cibernética, no estudo da mente e do conhecimento de uma perspectiva sistêmica interdisciplinar. Esta “ciência cognitiva”, segundo Capra (2006), teve início a partir da perspectiva de que a inteligência humana é semelhante à inteligência de um computador. Tal afirmação, até hoje propalada na mídia inúmeras vezes por ano, faz parte do lugar-comum da cognição e dominou as pesquisas nos últimos 40 anos. Mas está errada. Imaginava-se que o processo de cognição envolvia “representação mental”. Capra (2006, p.

210) coloca que “assim como um computador, pensava-se que a mente opera manipulando símbolos que representam certas características do mundo”.

Na década de 1970, o modelo do computador para a cognição foi derrubado pela hipótese da auto-organização. Foram apontadas duas deficiências do modelo computacional, explicadas por Capra: “a primeira é a de que o processamento de informações baseia-se em regras sequenciais, aplicadas uma de cada vez; a segunda é a de que ele é localizado, de modo que o dano em uma parte do sistema resulta em uma séria anormalidade de funcionamento do todo”. (CAPRA, 2006, p. 210). Deste modo, deixa-se de falar em símbolos, para falarmos em “conexões”. Não se falam mais em regras locais e sim em “coerência global”.

Maturana e Varela (2001) desenvolveram o conceito da autopoiese, que significa autocriação nos sistemas vivos. Para tanto, distinguem organização de estrutura. Organização é o conjunto de relações entre seus componentes que caracteriza o sistema como pertencendo a uma classe. Para os autores, a autopoiese é um “padrão geral de organização comum a todos os sistemas vivos, qualquer que seja a natureza de seus componentes”. Já a estrutura de um sistema vivo, ao contrário, “é constituída pelas relações efetivas entre seus componentes físicos” (CAPRA, 2006, p. 89). Maturana e Varela estão falando de organização em sua teoria. Assim, eles definem a autopoiese como “uma rede de processos de produção, nos quais a função de cada componente consiste em participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede” (CAPRA, 2006, p. 89). Aqui gostaríamos de propor um paralelo com a produção jornalística, levando em consideração o exposto anteriormente. Existe no jornalismo atual “uma rede de processos de produção”? Em determinada medida, sim. Em um grande conglomerado de mídia ou em um grupo de “jornalistas sem fronteira” que atuam de forma descentralizada existe uma rede de processos de produção. Quando sucursais espalhadas em pontos distintos da rede trabalham em uma mesma pauta temos uma rede que executa processos de apuração de notícias. Numa produção regional, quando jornalistas de várias cidades compartilham informações em redes sociais, também. Agora, poderíamos dizer que a função de cada componente “consiste em participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede”? Dificilmente. Ao visualizarmos outra rede que não uma de produção de notícias comerciais, mas sim uma iniciativa de determinado setor da sociedade, por exemplo: uma iniciativa de combate ao câncer, poderíamos imaginar que a atitude final dos componentes é transformar “os outros componentes da rede”. Na política, quando se

cria uma rede de apoio no intuito de alavancar certa candidatura, os componentes da rede desejam, sem sombra de dúvida, “participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede”. No próprio movimento ambientalista, um dos propósitos expressos pode ser traduzido na sentença-chave da autopoiese: participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede.

No microcosmo do trabalho jornalístico, internamente, dentro de uma redação, formam-se grupos de interesse (componentes) que de alguma forma, no decorrer das rotinas produtivas, em suas estratégias de sobrevivência ao ambiente de trabalho, ocorre, em determinada medida, atitudes que podem ser comparadas com a autopoiese. O trabalho de jornalistas mais experientes é considerado por alguns modelos de atuação. Por outros não. Entretanto, existe uma situação de conflitos internos e de organização que dificilmente poderia tentar ser compreendida em modelos estáticos. Dentro de uma redação as coisas estão sempre mudando. Não só os temas de trabalho (pautas) mas também os componentes da rede e a própria rede. É comum dizer que o jornalismo é uma profissão distinta porque as rotinas de trabalho não são rotinas e os procedimentos de apuração e edição nunca são iguais, uma vez que os acontecimentos também não o são. Neste ambiente dinâmico, todavia, existem posições que tendem a se mostrar aparentemente fixas, justamente para propor uma ordem ao caos. No caso, são as posições de chefia. Dizemos, no entanto, que tendem a se mostrar como fixas, porque no transcorrer do trabalho, são considerados profissionais mais capacitados justamente aqueles que conseguem se adaptar e adaptar os cânones profissionais a acontecimentos inesperados, fatos imprevisíveis e situações inimagináveis. Mesmo que hoje o jornalismo esteja sendo engessado em rotinas de enquadramentos oficiais e agendamentos econômicos, ainda há muito espaço para o imponderável. E, contraditoriamente são os assuntos imponderáveis, as novidades, os furos que rompem com o preestabelecido, o que mais chama a atenção do leitor. E, vende-se mais jornal. Porém, não basta ser novo. Dentro das premissas do jornalismo no sistema da vida é necessário ter uma abordagem completa e sistêmica do acontecimento.

De volta a Varela: ele afirma que “viver é conhecer”. Como se faz um grande repórter? É aquele que mais conhece determinado assunto. Diz Capra (2006, p. 211) que “um sistema autopoietico passa por contínuas mudanças estruturais enquanto preserva seu padrão de organização semelhante a uma teia”. Ou seja, um sistema vivo está inserido no meio ambiente, mas é autônomo. O jornalista está inserido – ou não - em uma empresa jornalística, mas é autônomo. Quando Capra, como mostramos anteriormente, diz que o

sistema vivo “se acopla ao seu ambiente de maneira estrutural, por intermédio de interações recorrentes, cada uma das quais desencadeia mudanças estruturais no sistema”, poderíamos dizer, que cada jornalista inserido no sistema influencia a estrutura e é por ela influenciado. Voltamos, neste ponto, à Teoria de Santiago e à formação da cognição.

A cognição não é a representação de um mundo pré-dado, independente, mas, em vez disso, é a criação de um mundo. O que é criado por um determinado organismo no processo de viver não é o mundo, mas sim um mundo que é sempre dependente da estrutura do organismo. Uma vez que os organismos no âmbito de uma espécie têm mais ou menos a mesma estrutura, eles criam linguagens semelhantes. Além disso, nós, seres humanos, partilhamos um mundo abstrato de linguagem e de pensamento por meio do qual criamos juntos o nosso mundo. (CAPRA, 2006, p.213)

Ao derrubar a ideia de que a cognição é uma representação de um mundo que existe independentemente dela, Maturana e Varela instalaram uma polêmica epistemológica. Pensamos na cognição de jornalistas enquanto grupo social, ou de forma mais abrangente, como campo social, nos moldes do que coloca Bourdieu (1989). O ethos profissional do jornalista é uma visão de mundo que depende, sim, da estrutura mental de quem o pensa.

Existem muitas similitudes nos indivíduos jornalistas, assim como divergências de posição ocasionadas exatamente pela diferença estrutural (cultural) dos indivíduos que criam mapas diferentes para representar o mesmo território. Maturana e Varela também descredenciam a informação como condição necessária ao processo de cognição. De acordo com eles, temos convencionalmente a noção de que informação é algo “situado lá fora”. Informação, porém, é outra coisa.

É uma quantidade, um nome, ou uma breve afirmação que nós abstraímos de toda uma rede de relações, de um contexto no qual ela está encaixada e lhe dá significado. Sempre que tal 'fato' estiver encaixado num contexto estável que encontramos com grande regularidade, podemos abstrair-lo desse contexto, associá-lo com o significado inerente do contexto e chamá-lo de 'informação' (CAPRA, 2006, p.214).

Na nossa percepção, poucas vezes o trabalho de apuração jornalística foi tão bem descrito. Em busca destes acontecimentos, muitas vezes o jornalista acredita que o significado está na informação e não no contexto, no factual e não na cobertura completa. Os pontos de conflito e convergência teóricos entre o que pensamos fazer e o que fazemos estão detalhados na obra de Varela e Maturana. Segundo os dois, é o ser humano que tem a capacidade de autopercepção, ou seja, “não somente saber, mas sabermos que sabemos”. Não estaria a nossa atual configuração social da prática jornalística levando à construção de um conhecimento (cognição) que na verdade nos afasta do conhecimento da realidade e contraria a nossa própria organização de sistema vivo? Nossas janelas para o mundo estão

sintonizadas com nossa autonomia enquanto organismos vivos ou apenas delegamos o nosso viver para sermos comunicados do que é necessário sabermos para manter a atual organização social em funcionamento? Dizem Maturana e Varela: “Na medida em que sabemos como sabemos, criamos a nós mesmos”. Aí está a outra parcela de contribuição do Jornalismo. Ensinar aos jornalistas como eles estão sabendo as coisas que sabem. E envolvê-los na necessidade urgente de recriarmos a nós mesmos, não reproduzirmos o que outros gostariam que nós reproduzíssemos. Para obter o conhecimento no jornalismo vivo, social, cultural, humano é necessário colaboração.

No caminho explicativo da objetividade entre parênteses nossa corporalidade é nossa possibilidade, porque é nossa biologia. Este caminho nos abre um mundo de respeito por nós como seres vivos, porque nos damos conta de que aquilo que podemos fazer, podemos fazer na medida em que o fenômeno do conhecer é um fenômeno do vivo. (MATURANA, 2001, p. 31). O conhecer pertence à esfera do vivo. E o jornalismo é uma forma de conhecimento. E se a necessidade é incorporar a temática universal da crise ambiental, como um dos valores de formação do sentido do fazer jornalístico, a visão apontada por Maturana é um valor a ser considerado.

O autor afirma que não podemos ver o mundo com olhos que não incluam a emoção e a experiência da objetividade que vislumbre as múltiplas realidades que um observador tem no seu cotidiano. E não a experiência de uma objetividade que cria uma ilusão de poder universalizar um domínio de conhecimento que seja independente do observador. Para Maturana, “o que nos acontece é que, quando estamos no caminho explicativo da objetividade sem parênteses, pretendemos poder fazer referência a uma realidade independente, e é a referência ao independente de nós o que daria universalidade à nossa afirmação.” (MATURANA, 2001, p.37). Para o biólogo chileno, para buscar uma explicação do conhecer, o caminho é outro. Está na interação social:

Ainda, digo também que na medida em que as emoções fundam os espaços de ação, elas constituem os espaços de ação. Sim, não há nenhuma atividade humana que não esteja fundada, sustentada por uma emoção, nem mesmo os sistemas racionais, porque todo sistema racional, além disso, se constitui como um sistema de coerências operacionais fundado num conjunto de premissas aceitas a priori. E essa aceitação a priori desse conjunto de premissas é o espaço emocional. E quando se muda a emoção, também muda o sistema racional. (MATURANA, 2001, p. 37)

A constatação de que é na relação do emocional com o racional que se forma o sentido das ações é importante se optamos por entender o jornalismo como uma ação cultural. É necessário que o jornalismo faça uso do emocional. Pois, ao não fazê-lo, ou

melhor dizendo, ao alegar não fazê-lo em prol de uma objetividade inexistente, apenas consegue colocar-se em uma posição artificial de distanciamento, onde prioriza um sistema de coerências operacionais que se apoia na falha metabólica entre o homem e a natureza. Afasta-se assim o jornalismo de sua essência mais cara: ser e estar no social, de forma dinâmica e atuante. Assim, podemos, por fim, dizer que o Jornalismo é uma forma de conhecimento peculiar. Por conta das contribuições dos autores mencionados anteriormente, entendemos que o jornalismo produz obras culturais criadas mentalmente pelos seres humanos e que muda continuamente, de forma a satisfazer necessidades sociais, e satisfazer a valores e finalidades estabelecidos por sociedades determinadas. Desde a modernidade, o jornalismo promove uma maneira cultural de compreensão do mundo, de suas complexidades e sutilezas, com valores consecutivos a qual influencia e é influenciada pela dinâmica social do cotidiano e pelas ações das forças plurais de uma sociedade democrática. O jornalismo e seus valores não representam o absoluto. Ao contrário, é “a coisa geral, igual e regular” que nos facilita a interpretação do “ser e acontecer”. Em um sistema social, como já dissemos, o jornalismo tem seu valor e finalidades definidos como um instrumento do saber humano imaterial, que influencia e é pela realidade influenciado, não em todas as instâncias do real, mas naquelas em que os jornalistas são levados a vivenciar por uma prática definida. Assim, o jornalismo produz notícias, infinitas partículas de conhecimento colocadas em circulação por um organismo social vivo e que interage dinamicamente com o todo. Ou seja, a notícia é mais velha do que o jornalismo, esta criação secular de produção de notícias. O ato de produzir notícias é uma característica biológica do ser humano e, portanto, da mesma forma é o jornalismo uma necessidade intrínseca do homem, muito mais do que apenas uma atividade comercial que busca lucro dentro do sistema capitalista. Temos assim que a notícia, matéria-prima do jornalismo, depende do seu público para ser avalizada. O jornalismo e a produção de notícias são uma necessidade orgânica do ser humano que independe de sistemas econômicos e políticos para existir. Desta forma, este sistema vivo social tem regras de funcionamento que operam melhor não em competição, mas sim em cooperação. Esta característica pode explicar muitas das crises típicas das empresas capitalistas que surgem ciclicamente também no jornalismo. Quando o jornalismo é mais cooperativo em suas relações com a sociedade, tem um melhor desempenho e auxilia na democratização das sociedades, firmando-se como uma atividade imprescindível para o funcionamento do organismo social. Quando ocorre, porém, a supremacia de uma competição desenfreada onde os únicos valores e finalidades

são econômicos, o jornalismo sucumbe e se distancia da sociedade que com ele interage. É necessário fortalecer o seu *ethos*, buscando no imaginário os valores perdidos pela modernidade. E o universo do saber ambiental fornece uma possibilidade de apoiar o caminho da retomada de valores que recoloquem o jornalismo em sintonia com a sociedade. O jornalismo do século 21 precisa estar em sintonia com a sociedade do século 21. O jornalismo precisa saber o que ele sabe e como ele sabe. E porque ele sabe o que sabe da maneira exata que ele sabe. Em outras palavras, analisar seu próprio *ethos* para poder sintonizar sua energia com a vibração sonora do hoje. E o diapásão do ambiente afirma que há uma gigantesca falha em toda organização social dominada pela economia industrial e pós-industrial das corporações transnacionais.

---

### Referências bibliográficas

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOFF, Leonardo. **Daimon e ethos**. América Latina em movimento on-line. 2003. Disponível em: <http://www.alainet.org/pt/active/3959> Acesso em: 21 fev. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CASTILHO, Cesar Aguilera. Comunicação e informação antes da impressão. IN: QUINTERO, Alejandro. **História da imprensa**. Lisboa: Editora Planeta, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004
- GALVANI, Walter. **O prazer de ler jornal**. São Leopoldo. Ed. Unisinos, 2008
- PARK, Robert. **História natural do jornalismo**. In: MARROCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre jornais**. Porto Alegre: Sulina, 2006, Vol 1 e 2
- MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases da compreensão humana**. São Paulo: Pala Athena, 2001.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MORIN, Edgar. **El método III: el conocimiento del conocimiento**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1986.

OLIVEIRA, Eraci Gonçalves de. Caráter, a morada mais íntima do ser: anotações de um curso de Marcos Sinésio. **Anais de filosofia clássica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2010, jun. 2010, p.32-44. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~afc/2010/Eraci.pdf> Acesso em: 10 abr. 2014.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2013.

PULITZER, Joseph. **A escola de jornalismo: a opinião pública**. Florianópolis: Insular, 2009.

SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários do Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1727-1860)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina EdiPuc, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2012.